



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
4ª Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente
e Patrimônio Cultural da Capital

EXMO. SR. DR. JUIZ DA ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA
DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref.: Inquérito Civil nº MA 8603

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO RIO DE JANEIRO, (CGC nº 28.305.936.001-40), pelo Promotor de Justiça que ao final subscreve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição da República e artigo 1º da Lei 7347/85, vem promover a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

com pedido LIMINAR

em face de:

- 1) **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 42.498.733/0001-48, com sede na Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Centro, Rio de Janeiro/RJ
- 2) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público que deverá ser citada na pessoa de seu Procurador, na Av. Dom Manuel, nº 25, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

pelos seguintes fundamentos de fato e de direito adiante expostos:

I - DA LEGITIMIDADE

Ao propor a presente ação civil pública, o MINISTÉRIO PÚBLICO age em defesa do patrimônio cultural, atingido pelo seguinte fato danoso: continuada omissão administrativa do Município e do Estado na adoção de medidas efetivas para preservar, conservar e recuperar os bens tombados do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, antiga Colônia Juliano Moreira, situado à Avenida Adauto Botelho, s/nº, Jacarepaguá, nesta cidade.

A Lei 7.347/85, que disciplina a matéria de ação civil pública, fixa no seu artigo 1º, inciso III, o cabimento da ação civil pública para responsabilização dos danos causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Da mesma forma, a Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) prevê em seu artigo 25, inciso IV, alínea “a”, a prerrogativa de promover tanto o inquérito civil como a ação civil pública para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, dentre outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos.

Resta clara, portanto, a legitimidade do *Parquet* para propor a presente Ação Civil Pública.

No tocante à legitimidade dos réus, responde o Município do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro pela omissão continuada no exercício de seu poder-dever constitucional de zelar pela integridade e conservação do

patrimônio histórico-cultural tutelado. No caso concreto, como será detalhado adiante, há também a ciência inequívoca do ente municipal e estadual em relação à situação de degradação e risco atual do imóvel.

II - DOS FATOS

Em 15 de junho de 2016, foi instaurado o Inquérito Civil MA 8603 na 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, com o objetivo de apurar notícia de dano ao patrimônio cultural decorrente da ausência de manutenção do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas – antiga Colônia Juliano Moreira - pelo Município do Rio de Janeiro. (fls. 02-A – 02-B). Antes de tratar dos imóveis em si e dos fatos que demonstram a necessidade da presença da ação civil pública, é indispensável situar o valor histórico cultural e arquitetônico do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas.

A antiga Colônia Juliano Moreira é formada por um conjunto de prédios históricos que têm origem em um dos mais antigos engenhos do ciclo da cana de açúcar da Baixada de Jacarepaguá, conhecida como a “Planície dos Onze Engenhos”. A região reúne, ainda hoje, um significativo acervo do período colonial no Rio de Janeiro. O Engenho Nossa Senhora dos Remédios, que posteriormente deu espaço à Colônia Juliano Moreira, surgiu em 1653, e remanescem, da época do Engenho, o Aqueduto e suas estruturas complementares (1839), a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, a Casa Sede da fazenda, o portal de acesso e o muro do antigo engenho (1862). Em 1919, iniciou-se a construção da Colônia de Psicopatas Homens de Jacarepaguá, posteriormente denominada Colônia Juliano Moreira, um dos palcos das profundas mudanças na assistência à saúde mental no país, a partir da Reforma Psiquiátrica. Demonstrada a importância do acervo cultural acima descrito, considerando o conjunto histórico como importante representante do período colonial, exsurge o dever de preservação, em sintonia como art. 216 da CFRB.

A relevância do conjunto foi reconhecida pelo Estado do Rio de Janeiro que efetuou o tombamento da mencionada Colônia, chancelando o valor histórico na própria descrição do conjunto disponibilizada em sua página virtual:

“A importância do conjunto tombado, constituído por algumas das edificações da antiga Fazenda e pelos pavilhões, se deve à variedade e qualidade arquitetônicas de cada um de seus elementos, com interessante disposição urbanística no sítio, assim como ao seu valor histórico e cultural, referência à medicina psiquiátrica no Brasil. O edifício sede do Engenho Novo é construção simples, de feição neoclássica com dois pavimentos, e planta em U. Na fachada a modulação é ditada pela repetição regular de vãos. Entre os pavilhões construídos para a Colônia destacam-se: O Pavilhão nº 01 – construção eclética de dois pavimentos. Inspirado na arquitetura colonial inglesa, o edifício repousa sobre porão alto de cantaria. O Pavilhão nº 02 – composto por dois corpos simétricos justapostos, cujos telhados se encontram em uma calha que corre no centro da cobertura. No que se refere aos pavilhões 3, 4, 5, 6 e 7, são prédios de características simples, sem grande apuro arquitetônico mas integrados na ambiência do conjunto. As casas geminadas dos funcionários são edificações bastante simples que formam um conjunto bem integrado no núcleo da colônia. O pórtico neocolonial de planta quadrada com chafariz forma um espaço acolhedor. O conjunto, em decorrência do abandono, vem sofrendo ao longo dos anos um processo de deterioração.”¹

O tombamento atrai a inequívoca responsabilidade do Estado no presente caso, já que o Núcleo Histórico em questão é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, órgão de patrimônio cultural em nível Estadual, conforme processo E-18/001.178/90, e engloba o Portal do Antigo Engenho, Chafariz, Aqueduto do século XVIII, antiga sede da Fazenda do Engenho Novo, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, e sete pavilhões hospitalares da década de 1920 (fls.33-35; 100).

Retomando aos fatos que instruem a presente Ação Civil Pública, a representação foi instruída com informações acerca do processo de

¹ http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/369 acesso em 19/07/2019.

municipalização da Colônia Juliano Moreira a partir de 1996, tendo o noticiante elencado diversos convênios e portarias em ordem cronológica, a partir do Convênio nº 031/96-01, de 24/06/1996, além de constar em anexo da representação matérias jornalísticas que noticiaram e reconheceram, já no ano de 2015, a degradação dos prédios históricos componentes do Núcleo (fls. 02-13).

Em que pese à área onde se encontram os imóveis tombados, localizados no Setor 02 da Antiga Colônia Juliano Moreira, ser de propriedade da União, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) prestou informações em setembro de 2016, restando comprovado o dever do Município em zelar pelo conjunto histórico. A conclusão do processo de municipalização se deu pelo Contrato de Cessão sob o regime de Aforamento Gratuito e Doação de Benfeitorias, em que supracitada área foi doada ao Município, passando a ser de responsabilidade deste a restauração do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas no qual estão inseridos esses bens. O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) informou também que a gestão da Colônia Juliano Moreira foi municipalizada através da Resolução 599 de 12.11.1996. A Superintendência de Patrimônio Imobiliário, em 14.09.2017, prestou esclarecimentos de que a área está cadastrada como próprio municipal e que após a Cessão da mesma foi instituído o Grupo de Trabalho de Gestão e Controle Urbano da antiga Colônia Juliano Moreira, por meio do Decreto nº 35.802/2012 (fl. 100; 188-189).

O órgão estadual acrescentou, ainda, que há aprovado por ele um Plano de Requalificação do referido Núcleo, desenvolvido no âmbito da equipe do Departamento Histórico da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, bem como Projeto Básico de Restauração do Pavilhão 01. Neste Plano de Requalificação ficou evidenciado que o conjunto arquitetônico encontrava-se, à época de sua confecção, em estado de degradação avançado, com episódios de desabamento e desprendimento (mais ou menos recentes) em edificações como o Aqueduto, a antiga Casa Sede da fazenda, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios e o Pavilhão 1 (fls. 24-25; 51-53).

Embora conste no Inquérito a existência de informações colhidas e extraídas dos sites do Ministério das Cidades e Secretaria Municipal de Habitação, atestando que a região na qual se insere o Núcleo Histórico

Rodrigues Caldas teria sido contemplada pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), os prédios históricos não foram contemplados com tais recursos, o que se comprova pelas péssimas condições dos mesmos.

O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), mesmo sendo o órgão reconhecido pelo próprio município como detentor do dever de tutela dos bens integrantes do patrimônio histórico cultural, declarou que o Núcleo Histórico não estaria sob sua tutela por se tratar de imóvel com tombamento estadual e não municipal. Seu papel foi o de cobrar dos responsáveis a conservação e recuperação do patrimônio histórico, bem como o de acionar os demais órgãos competentes (SMU, INEPAC, IPHAN, SMS) para estancar o processo de degradação desde 2005, quando constatou o mau estado de conservação dos imóveis integrantes do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas. Na mesma oportunidade o IRPH informou que até 10.10.2016 não obteve retorno quanto ao andamento do projeto referente ao Plano para reabilitação do Núcleo Histórico (fl. 100).

Em outra oportunidade, aos 11.05.2016, o mesmo órgão municipal reconheceu após vistoria que o Casarão-sede da Fazenda do Engenho Novo - um dos imóveis integrantes do Núcleo Histórico Rodrigues – encontrava-se nas mesmas condições precárias da última vistoria ao local. A situação de ruína parcial se manteve durante todos os anos em que se desenrolou o Inquérito que ensejou a propositura da presente Ação Civil Pública.

Objetivando obter esclarecimentos acerca da existência de plano de recuperação para a área em que se situa o Núcleo Histórico, o Ministério Público requisitou informações à Coordenadoria de Projeto e Coordenadoria de Intervenções de Urbanização Integrada – SMUIH/SUBH, que respondeu que não constava projeto de recuperação do conjunto histórico objeto da investigação (fls. 235; 267-268).

Ainda quanto às condições de manutenção e restauração do conjunto histórico objeto da presente Ação, a Superintendência de Saúde Mental integrante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), declarou não dispor de recursos orçamentários para dar seguimento ao pleito de recuperação do patrimônio histórico. Tal iniciativa ficou sobrestada até o momento da discussão e elaboração da Lei Orçamentária para o ano de 2019, tendo sido mencionado o projeto executivo de restauração do Casarão e do Pavilhão 1 desenvolvido

pela Casa de Oswaldo Cruz da FIOCRUZ. A Superintendência concluiu ser necessária a captação de recursos externos para execução das obras (fl.240-241).

O Ministério Público solicitou Vistoria Conjunta a fim de verificar a higidez e preservação dos prédios que compõem o Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, a qual foi realizada aos 24.01.2019. Na vistoria compareceram os representantes dos seguintes órgãos públicos: (a) Grupo de Apoio Técnico Especializado – GATE (b) Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira - IMASJM (c) Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário - SUBPA (d) Museu do Bispo do Rosário (e) Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH (f) Gerência de Patrimônio da União – SPU (g) Casa Oswaldo Cruz – Fundação FIOCRUZ (h) Departamento de Patrimônio Cultural e Natural do INEPAC (i) Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente – SECONSERMA (fls. 332-334).

Considerando a situação de cada um dos imóveis tombados integrantes do Núcleo Histórico, foram fornecidas as seguintes declarações a partir da vistoria *in loco*:

I - Igreja Nossa Senhora dos Remédios: bom estado físico comparado às demais construções históricas, necessitando de obras de manutenção e reparo. Necessitaria de intervenções pontuais, quanto a elementos faltantes, como ornamentos, vitrais, pintura etc.

II - Aqueduto: estado de conservação inadequado, tendo, inclusive, perdido, por desabamento, um dos arcos. Existe edificação implantada irregularmente de forma geminada ao bem. O INEPAC acrescenta que o desabamento do arco se deu antes do tombamento.

III - Casa Sede (da Fazenda e, posteriormente da Colônia): péssimo estado de conservação, o que impede o ingresso em seu interior. O representante da Fundação Fio Cruz informou que o prédio foi escorado, há aproximadamente

10 anos, para possibilitar a realização de levantamento arquitetônico, para fins de projeto de restauração. Entretanto como a Fio Cruz e o Município não chegaram a um acordo quanto ao financiamento da obra e a utilização do bem, o projeto não foi adiante.

IV - Antigo Refeitório: edifício que não está sob proteção de ato de tombamento, mas constitui bem sob tutela do entorno dos bens tombados, conforme se verifica no memorial de intervenção urbanística e arquitetônico. Registra-se que a edificação está em ruína.

V - Pavilhão 1: está em ruína, remanescendo apenas parte fachada. O pavilhão data da década de 20, local em que funcionava uma enfermaria da Colônia Juliano Moreira. Já existe projeto executivo, do ano de 2009, elaborado pela Casa Oswaldo Cruz para a recuperação do Pavilhão, inclusive aprovado junto ao INEPAC, naquele mesmo ano. Este projeto tem que ser revisado, seja em razão do decurso do tempo, seja em razão das alterações do estado do bem.

VI - Pavilhão 2: apresenta algum comprometimento em sua fundação, com recalque estrutural, refletindo em afundamento do piso, mas em grau menor do que o verificado no Pavilhão 5.

VII - Pavilhão 5: em estado inadequado de conservação, com rachaduras e trincas, em que pese haja presença de elementos arquitetônicos originais, tal como janelas e piso.

VIII - Pavilhão 6: conhecido como Lar de Pedras, aparentemente não apresenta comprometimento de sua

estrutura física, mas está descaracterizado internamente, com piso de ardósia e rebaixamento de forro de PVC, por exemplo.

IX - Demais Pavilhões: não foi possível o ingresso neles.

X - Chafariz: o madeiramento do telhado está bastante comprometido por cupins, sendo visíveis seus vestígios.

XI - Casa dos funcionários: localizadas em frente à Igreja, encontram-se completamente descaracterizadas, embora tombadas. As demais residências no entorno não são bens tombados, e atualmente são destinadas à moradia, estando ocupadas.

Do ponto de vista da titularidade da área, para fins de responsabilização pelo restauro e conservação, foram fornecidas as respectivas informações:

A – Representantes da Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário do Município: declararam que após o termo de Cessão de 2008 sabem informar que a União retomou parte dos imóveis situados na Zona 2, identificando no RGI cada lote retomado. Destacaram que o Núcleo Rodrigues Caldas não está inserido em nenhum dos lotes retomados.

B – SUBPA: declarou que houve regularização fundiária de diversos imóveis dentro da colônia, com direito real de uso registrado no RGI, mas não sabe informar se houve regularização dos imóveis localizados dentro do Núcleo Histórico.

Ainda no relatório da vistoria realizada aos 24.01.2019 constam informações prestadas pela IMASJM no sentido de que os Pavilhões estavam

afetados ao serviço público até o dia 02.01.2019 quando foram desativados. Acrescentou que o Pavilhão 6 deverá ser ocupado pelo Museu Bispo do Rosário para realização de cursos e oficinas, especialmente desenvolvidas com os coletivos locais; que no Pavilhão 2 será instalado CRAS; que nos Pavilhões 3 e 4 serão instaladas residências terapêuticas; que o Pavilhão 10 se localiza fora do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas.

Além disso, a Secretaria Municipal de Saúde em resposta ao solicitado no Ofício 4ª PJMA nº 008/2019 elucidou que dos patrimônios culturais tombados até o dia 02 de janeiro de 2019, estavam em uso os Pavilhões 2, 3, 4, 6, 7 do Núcleo Assistencial Rodrigues Caldas, tombado pelo INEPAC no ano de 1983. (fl. 338)

O INEPAC, a partir de vistoria ocorrida em janeiro de 2019, listou os principais processos de degradação atuantes nos imóveis protegidos por ele, assim como sugestões de procedimentos emergenciais capazes de mitigar seus riscos: (fls. 372-382)

I – Estado de conservação e processos atuantes:

- a) **Portal e muro do antigo engenho:** estado de conservação precário, constituído de dois trechos de muros remanescentes do antigo engenho que ocupava a área da colônia. Apresenta danos expressivos, caracterizados por perda de revestimentos, trincas e lacunas, possivelmente resultantes de colisões de veículos que transitam no local.
- b) **Igreja de Nossa Senhora dos Remédios:** apresenta fachadas relativamente bem conservadas, com pintura do tipo caiação em duas tonalidades. Internamente são observadas lacunas na decoração, além de pontos isolados de deterioração, como perdas de argamassas de revestimento e trechos danificados de elementos de madeira. Observou-se a

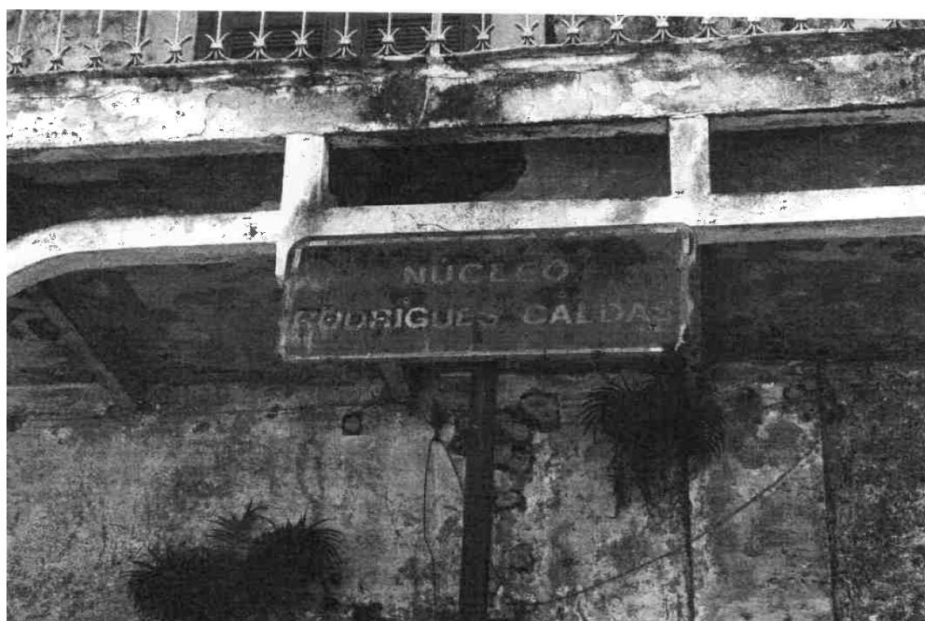
presença de elementos espúrios à composição, tais como o toldo na entrada principal e um cercamento, precariamente realizado.

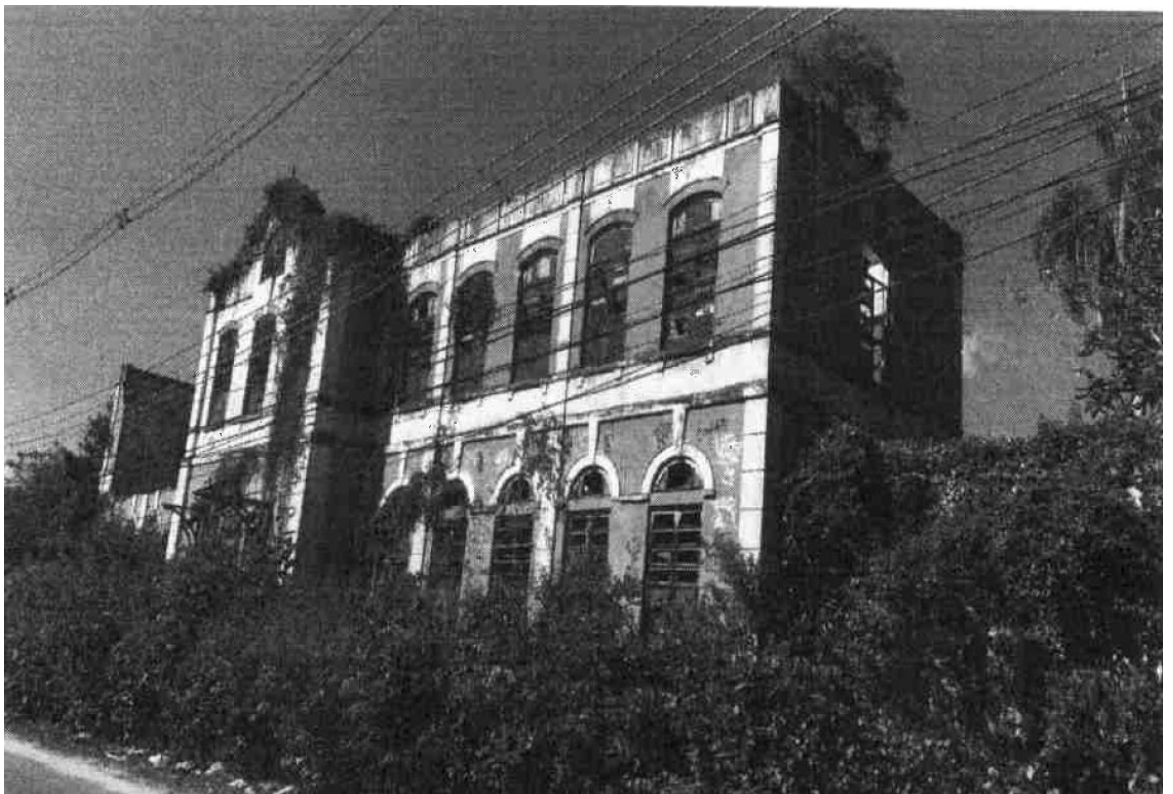
- c) **Casa-Sede do antigo engenho:** estado de conservação precário, com danos expressivos, caracterizados por perda de revestimentos, trincas, ação de colônias de insetos xilófagos (cupins) e efeitos diversos causados pela presença de umidade, como manchas, apodrecimentos e oxidação de materiais e desenvolvimento de vegetação invasora de porte variado.
- d) **Antiga casa dos funcionários:** apresenta graves intervenções descaracterizadoras.
- e) **Chafariz:** a edificação apresenta danos diversos em seus elementos construídos e ornatos. Não conta com abastecimento de água e atualmente serve de ponto de apoio ao serviço de vigilantes. Apresenta vestígios da ação de colônias de insetos xilófagos (cupins), as alvenarias apresentam enegrecimento, possivelmente decorrente de infiltrações vindas de pontos vulneráveis de cobertura de telhas cerâmicas.
- f) **Pavilhão 1:** estado de conservação precário, apresenta riscos graves à sua preservação, conserva apenas alvenarias e esquadrias externas da edificação, em processo acelerado de degradação.
- g) **Pavilhões 2, 3, 4, 5, 6 e 7:** antes dedicados a alojamentos, alguns ainda se encontram em uso, apresentam diversos graus de descaracterização de seus elementos ornamentais.

O INEPAC esclareceu, ainda, que quanto aos demais edifícios protegidos que compõem a ambiência da Colônia Juliano Moreira, merece destaque o Aqueduto – tombado em nível federal pelo IPHAN – e o Pavilhão-Refeitório. O primeiro se encontra em mau estado de conservação, estando ameaçado, ainda, por ocupação irregular dos terrenos a ele contíguos, enquanto o segundo apresenta estado crítico de conservação, oferecendo riscos diversos decorrentes de seu estado de abandono.

Almejando que o Município cumprisse com sua obrigação constitucional de zelar pelos bens tombados do conjunto histórico objeto do IC MA nº 8603, o Ministério Público expediu Recomendação, em 31.01.2019, ao Chefe do Executivo do Município do Rio de Janeiro para que promovesse as ações necessárias à recuperação, conservação e preservação dos imóveis do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas.

O estado de ruína e degradação dos prédios que compõem o Núcleo Histórico pode ser facilmente constatado a partir da análise das fotos anexadas à Recomendação e abaixo apresentadas: (fls.345-351)







Novamente, como demonstração do comportamento omissivo do Município com relação ao tema, cópia da Recomendação foi encaminhada para diversos órgãos com pertinência temática na estrutura da Prefeitura Municipal

em 03.04.2019, porém nenhuma resposta foi recebida da SECONSERMA, da SMIH, da SMC e do IRPH até 30.05.2019, quando foi realizada a 2ª reiteração da Recomendação.

Sendo assim, o Município e o Estado não podem, simplesmente, seguir omitindo-se por tempo indeterminado no descumprimento de seu dever constitucional e legal de adotar medidas protetivas ao patrimônio histórico e à vida humana, sobretudo quando estas medidas se revestem de caráter preventivo e é totalmente possível evitar a consumação de danos irreparáveis.

Nesse sentido, o dever de proteção aos interesses indisponíveis tutelados, previsto em inúmeros diplomas legais, exige que a Administração Pública, ainda que de forma planejada e dentro dos limites da discricionariedade, apresente soluções efetivas para sanar as ilegalidades nocivas que seus próprios órgãos constataram, mas até agora nada fizeram de concreto para corrigi-las.

O que não está dentro dos limites da discricionariedade administrativa, por certo, é deixar de apresentar qualquer tipo de solução para o problema, simplesmente aguardando que o pior venha a ocorrer.

A perpetuação dos danos à coletividade e ao patrimônio histórico cultural nitidamente identificados por inúmeros relatórios de vistoria (elaborados pelos próprios órgãos do Município e do Estado), é consequência da contínua inércia administrativa destes entes federativos, cujo dever legal é adotar medidas que tutelem seu patrimônio histórico.

Restando clara a ilícita omissão dos entes públicos réus que permitiram o atual estado de degradação atualmente verificado, em nexos causal direto e resultado danoso inegável, tona-se imperativo que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO adote as medidas judiciais necessárias para evitar a perpetuação e agravamento do dano ao patrimônio histórico cultural.

Finalmente, a preservação do patrimônio histórico-cultural também está ameaçada pela omissão das autoridades com relação à invasão da região do

entorno e as construções irregularidades que colocam em risco a sua integridade e as características arquitetônicas que justificaram sua proteção.

III – DO DIREITO

3.1 – DO DEVER DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Como narrado na exposição dos fatos o Núcleo Histórico Rodrigues Caldas é formado por um conjunto de prédios históricos protegidos pelo instituto do tombamento. Consequência desta qualificação, oriunda de limitação administrativa legitimada pela função social da propriedade, é a imposição ao Município e ao Estado de uma série de deveres, dos quais são titulares em razão de suas qualidades de protetores dos bens. A cláusula terceira do Contrato de Cessão sob regime de Aforamento Gratuito e Doação de Benfeitorias, nos autos do Processo administrativo nº 05018.002278/2001-35, confirma que o Município do Rio de Janeiro é o responsável pela restauração do supracitado Núcleo Histórico e o tombamento do mesmo foi realizado pelo Estado.

Desse modo, não deve causar espanto a obrigação imposta aos réus, pois consiste em ônus suportado em prol da preservação de interesse difuso indisponível. Tal ônus, além de legitimado pelo princípio da supremacia do interesse público, tem em mira a função social da propriedade, já que não se trata de um direito absoluto, sendo concebido como um “direito função”.

Tamanha a importância do tema, a Constituição Federal possui uma seção somente sobre a cultura (Seção II do Cap. III do Título VIII):

*Art. 216. Constituem **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;
III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
(...)

§4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Por sua vez, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro também prevê a proteção e preservação do patrimônio cultural:

*Art. 230. Para assegurar as funções sociais das cidades e da propriedade, o **Estado** e o **Município**, cada um nos limites de sua competência, poderão utilizar os seguintes instrumentos:*

(...)

II - institutos jurídicos:

- a) discriminação de terras públicas;*
- b) desapropriação;*
- c) parcelamento ou edificação compulsórios;*
- d) servidão administrativa;*
- e) limitação administrativa;*
- f) tombamento de imóveis;***
- g) declaração de área de preservação ou proteção ambiental;*
- h) cessão ou permissão;*
- i) concessão real de uso ou domínio;*
- j) poder de polícia;*
- l) - outras medidas previstas em lei.*

*Art. 261. Todos têm direito **ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado**, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida,*

impondo-se a todos, e em especial ao Poder Público, o dever de defendê-lo, zelar por sua recuperação e proteção, em benefício das gerações atuais e futuras.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, **incumbe ao Poder Público:**

I - fiscalizar e zelar pela utilização racional e sustentada dos recursos naturais;

II - proteger e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, biológico, ecológico, paisagístico, **histórico e arquitetônico;**

Art. 268. **São áreas de preservação permanente:**
(...)

V - as áreas de interesse arqueológico, **histórico, científico, paisagístico e cultural;**

Além de expressamente assegurar a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, valorando sua matriz portadora da identidade e da memória de grupos formadores da sociedade brasileira, a Carta Magna ainda arrolou, em rol exemplificativo, as medidas necessárias para essa finalidade. Mas além de arrolar medidas, deferiu também competências, como aquela prevista no inciso IX do artigo 30, assim disposto:

Art. 30. Compete aos **Municípios:**
(...)

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Logo, percebe-se que a imposição de preservação do patrimônio cultural tem fundamento constitucional. E apesar de que tal obrigação seja atribuída primariamente ao proprietário ou responsável pelo imóvel, tal dever é originariamente do poder público, uma vez que visa a proteção de interesse coletivo.

Contudo, esse dever não se restringe à esfera constitucional. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro define o patrimônio cultural e estabelece sua proteção através do plano Diretor do Município:

Art. 350 - Integram o patrimônio cultural do Município os bens móveis, imóveis, públicos ou privados, de natureza ou valor histórico, arquitetônico, arqueológico, ambiental, paisagístico, científico, artístico, etnográfico, documental ou qualquer outro existente no território municipal, cuja conservação e proteção sejam do interesse público.

Art. 343 - O Município manterá:

II - cadastro atualizado, organizado sob orientação técnica, do patrimônio histórico e do acervo cultural público e privado.

§ 2º - O plano diretor incluirá a proteção do patrimônio histórico e cultural. (grifos nossos)

O Plano Diretor da cidade (Lei Complementar Municipal nº 111/2011) cumpre, portanto, o papel de instituir a política de proteção do patrimônio cultural, nos seguintes moldes:

*Art. 6º São objetivos do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro definir as bases para o planejamento urbano e para o controle do uso, da ocupação do solo e do desenvolvimento urbano de modo a torná-lo sustentável, e estabelecer os **meios necessários à conservação e defesa do patrimônio coletivo**, de acordo com as diretrizes estabelecidas no art. 3º.*

Art. 160 São objetivos da Política de Meio Ambiente:

I - garantir a integridade do patrimônio ecológico, genético e paisagístico da Cidade, incorporando a proteção e a conservação do patrimônio natural ao processo permanente de planejamento urbano e ordenação da Cidade;

II - proteger, preservar e recuperar os recursos ambientais com vistas à sua utilização racional, visando o equilíbrio entre o espaço construído e o

natural, com distribuição eqüitativa dos recursos naturais;

III - sensibilizar e conscientizar a população, estimulando a participação individual e coletiva na preservação do meio ambiente, em busca de soluções conjuntas frente aos problemas ambientais e de um desenvolvimento urbano sustentável, ecologicamente equilibrado, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente aceito;

IV - garantir a ampla divulgação das informações ambientais levantadas;

V - compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção, conservação, valorização e recuperação do meio ambiente e do patrimônio natural, cultural e paisagístico;

VI - melhorar os padrões de qualidade ambiental da Cidade, com base nas normas estabelecidas de uso e manejo dos recursos ambientais;

VII - colaborar para a garantia de qualidade da ambiência urbana no processo de planejamento e ordenação do território municipal;

VIII - estabelecer diretrizes para controle e acompanhamento de áreas com passivos ambientais, áreas degradadas e ou contaminadas, visando a sua recuperação ambiental.

O Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro classifica, ainda, a área em que se localiza o Núcleo Histórico Rodrigues Caldas (AP4 – Jacarepaguá, Curicica) como **MACROZONA DE OCUPAÇÃO CONDICIONADA**, prevendo como diretrizes gerais de tais macrozonas, dentre outras: a promoção da melhoria do ambiente urbano mediante incentivo à atividade hoteleira com instalação de tipos diversificados de hospedagem; **definição de critérios específicos de uso e ocupação para o entorno dos morros tombados; elaboração de plano para a área da Colônia Juliano Moreira;** além de

estabelecer padrões de urbanização a serem adotados nas área em processo de ocupação pela iniciativa privada e condições de estabelecer as contrapartidas cabíveis visando a boa qualidade do ambiente urbano e a proteção ambiental na implantação de novos empreendimentos de grande porte.

Logo, resta claro que a preservação do patrimônio cultural é objetivo do Poder Público, autorizando inclusive a lei que este realize desapropriação com o fim de efetivar essa proteção. No caso em tela, a responsabilidade do município e do Estado é ainda mais flagrante, haja vista a ciência dos entes federativos, por vários anos, da necessidade urgente de realizar os reparos para preservação e restauração do imóvel preservado. Foram realizadas vistorias técnicas por diversos órgãos públicos, tendo sido constatada a situação crítica e o risco latente de perda dos imóveis tombados. Ainda assim, nada foi feito pelo Município e/ou pelo Estado para atenuar e prevenir o risco previsto por seus órgãos. Logo, é manifesta a omissão do Município e do Estado que não realizaram nenhuma medida protetiva mínima, após constatar o avançado estado de degradação do conjunto histórico.

3.2 – DA RESPONSABILIDADE DOS RÉUS

Claríssima a responsabilidade do Município, já que o Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, localizado no setor 2 da antiga Colônia Juliano Moreira, embora de propriedade da União, foi doado ao Poder Público Municipal por meio do Contrato de Cessão sob regime de Aforamento Gratuito e Doação de Benfeitorias, nos autos do Processo administrativo nº 05018.002278/2001-35, do Livro Especial nº V, da antiga Gerência Regional de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro. Ademais, a União – por meio de averbação na matrícula do imóvel (278804) - somente retomou parte da zona 2, indicando cada lote retomado, não estando a área do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas contemplada nesta retomada. Assim como é claríssima a responsabilidade do Estado considerando os seguintes tombamentos estaduais na região: do referido Núcleo, processo nº E-18/001.178/1990; da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, processo nº 03/300.005/1972; do Morro Dois Irmãos na Baixada de

Jacarepaguá, processo nº E-03/01924/1980. Sendo assim, compete ao Município e ao Estado a restauração, preservação e conservação dos bens.

Nessa linha de raciocínio, registramos diversas normas que corroboram a obrigação de ambos.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro

Artigo 73 - É competência do **Estado**, em comum com a União e os **Municípios**:

(...)

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

(...)

IV - **impedir** a evasão, a **destruição** e a **descaracterização** de obras de arte e de outros bens de **valor histórico, artístico ou cultural**.

Artigo 358 - **Compete aos Municípios**, além do exercício de sua competência tributária e da competência comum com a União e o Estado, previstas nos artigos 23, 145 e 156 da Constituição da República:

(...)

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - **promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local**, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual e apoiar a atividade cultural.

A Constituição Federal, nos artigos 23, III, e 30, IX, é cristalina ao prever a responsabilidade do Município no trato da matéria. Mas não é só. A Convenção à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, realizada no período de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, foi recepcionada pelo ordenamento jurídico pátrio, através do Decreto Legislativo nº 74/77. O art. 4º da referida Convenção assim determina: “Cada um dos Estados Partes na Convenção reconhece que a **obrigação** de identificar, proteger, **conservar**, valorizar e transmitir às futuras gerações o **patrimônio cultural** e natural mencionado nos artigos 1º e 2º,

situado em seu território, lhe incumbe primordialmente. Procurará fazer tudo para esse fim, utilizando ao máximo seus recursos disponíveis e, quando for o caso, mediante a assistência e cooperação internacional de que possa beneficiar-se, notadamente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico.”

Aliás, conforme a jurisprudência de nossos Tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPROMETIMENTO ESTRUTURAL DE IMÓVEL SITUADO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL (APAC). PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO PATRIMÔNIO URBANÍSTICO QUE PERTENCEM À COLETIVIDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL QUE DESAFIA REFORMA PARA RECONHECER A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO MUNICÍPIO NA REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO. DANO MORAL AMBIENTAL NÃO DEMONSTRADO. PRECEDENTES DESTES TJERJ E DO STJ. APELO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO. (APELAÇÃO nº 0419968-94.2010.8.19.0001. Relator: Des. Fernando Fernandy Fernandes – Julgamento 12/07/2017, Décima Terceira Câmara Cível).

A conduta omissiva do Município e do Estado em se eximir da responsabilidade de realizar as obras necessárias no bem contribuiu significativamente para os danos constatados no inquérito civil. Aliado a isso, o fato de os dois entes federativos terem constatado a situação de risco em diferentes oportunidades e nada fazer para reverter tal ameaça, torna incontroversa as condutas omissivas dos entes federativos.

A questão versada nesses autos ainda pode ser analisada sob o prisma da responsabilidade civil objetiva, uma vez que o conceito (normativo) de “meio ambiente” guarda íntima conexão com o de “patrimônio cultural”.

A doutrina ambientalista é pacífica nesse sentido, sintetizada na lição de Paulo de Bessa Antunes:

“Estas concepções teóricas sobre o meio ambiente levam consideração não só o fator propriamente biológico, mas, igualmente, o fator social. Toda e qualquer discussão jurídica que seja travada acerca do meio ambiente deve levá-lo em consideração como totalidade, isto é, considerando tanto os fatores ditos naturais como, principalmente, culturais” (Direito Ambiental, 6ª ed., Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2002, p.59).

No que tange à responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, em especial do patrimônio cultural, é pertinente a lição do insigne jurista Edis Milaré:

“Alerte-se, por relevante, que o regime jurídico da responsabilidade civil por danos ao patrimônio cultural pauta-se pela teoria da responsabilidade objetiva, onde tão-somente a lesividade é suficiente a provocar a tutela judicial, no teor do que dispõem os art.14,§1º, da Lei 6.938/81 e 225,§3º da Constituição Federal” (Direito do Ambiente, 2ª ed., p.216).

A jurisprudência não destoa da doutrina acerca desse conceito lato de meio ambiente. Em julgado envolvendo justamente a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, assim decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

MEIO AMBIENTE. Patrimônio cultural. Destruição de dunas em sítios arqueológicos. Responsabilidade civil. Indenização.

O autor da destruição de dunas que encobriam sítios arqueológicos deve indenizar pelos prejuízos causados ao meio ambiente, especificamente ao meio ambiente natural (dunas) e ao meio ambiente cultural (jazidas arqueológicas com cerâmica indígena da Fase Vieira).

Recurso conhecido em parte e provido. (REsp 115599 / RS, RECURSO ESPECIAL N. 1996/0076753-0, 4ª Turma, Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ 02.09.2002 p. 192, grifou-se)

A doutrina e a jurisprudência, praticamente unânimes, consagram a responsabilidade civil objetiva, ou seja, independente da comprovação de culpa, para indenização ou reparação de danos ao meio ambiente.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro mostra entendimento semelhante quanto à responsabilidade de manter e conservar os bens protegidos e de indenizar pelos danos causados:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES. LANÇAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM CORRÉGO D'ÁGUA. OMISSÃO DO ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS COLETIVOS NÃO CONFIGURADOS. REFORMA DA SENTENÇA. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. A apresentação de alegações finais, sem insistência da parte na realização da prova pericial, configura conformação com a apresentação do Laudo Técnico do Instituto Ambiental, estando preclusa a irresignação do Ministério Público quanto à nulidade da sentença com fundamento no cerceamento de defesa. Comprovada a existência dos requisitos da responsabilidade objetiva (o dano, a omissão estatal e o nexo de causalidade), exsurge o dever de reparação por parte do ente estatal, que deverá adotar medidas urgentes e eficazes (coleta e tratamento) para conter a poluição causada pelo lançamento do esgoto. Violação do Princípio da Separação dos Poderes inexistente. O Poder Judiciário tem o dever de exercer o controle externo da conduta administrativa, não somente no que concerne aos atos comissivos, mas também das omissões do ente público. Deveres constitucionais claramente delineados, a exemplo dos artigos 23, incisos IX, da CF

(saneamento básico) e 225 da CF (meio ambiente ecologicamente equilibrado), bem como aqueles pertinentes aos direitos fundamentais, notadamente a saúde, a dignidade e a legalidade. Prova robusta no sentido da degradação dos afluentes do rio, causados pelo despejo de esgoto irregular e absoluta ausência de medida para o fim de sanar a poluição. Indevido pedido para que a instalação do sistema de esgoto contemple "todas as residências localizadas no mesmo bairro que não possuam tratamento adequado para os efluentes domésticos e sanitários", uma vez que o dano ambiental guarda pertinência apenas com a poluição do afluente do Rio Imbé. Ressarcimento dos danos que deverão ser apurados em liquidação de sentença e revertidos para o Fundo Federal de Defesa dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13 da Lei nº. 7.347/85. Dano moral coletivo não configurado. Necessidade de que o fato cause efetivo sofrimento coletivo, intranquilidade e alterações relevantes na sociedade. Condenação ao pagamento de honorários advocatícios na forma do art. 20, §4º do antigo CPC. Descabimento. Conhecimento e parcial provimento do recurso. (APELAÇÃO nº 0000682-07.2013.8.19.0062. Relator: Des. Rogério de Oliveira Souza – Julgamento: 19/07/16, Vigésima Segunda Câmara).

Destarte, verifica-se que os requisitos da responsabilidade civil objetiva exsurtem claramente, posto que a ilegítima omissão dos réus (conduta) é causa (nexo de causalidade) do dano e atual risco submetido ao patrimônio histórico cultural (péssimo estado de conservação dos imóveis integrantes do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas). Constatado o ato ilícito, ipso facto, dever-se-á impor aos responsáveis o dever de restaurar o bem protegido e indenizar eventuais danos irreparáveis por sua própria natureza.

3.3 – REPARAÇÃO INTEGRAL E DANOS MORAIS COLETIVOS

Em relação aos danos ambientais constatados, sua reparação deve ser integral. Neste sentido, dispõe o § 3 do artigo 225 da Constituição Federal, *verbis*:

“As condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”.

Em igual sentido, dispõe o § 1º do artigo 14 da Lei Federal 6938/81, *verbis*:

“Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”.

Assim, as normas jurídicas supracitadas definiram, sem margem para dúvidas, a responsabilidade civil e ambiental daqueles que, de algum modo, concorreram para o resultado danoso ao Meio Ambiente. Com efeito, a reparação do dano deve ser integral e proporcional aos prejuízos suportados. Sendo possível recuperar as áreas ambientalmente degradadas, os réus deverão fazê-lo às suas expensas; em caso de impossibilidade, a vítima de seus atos lesivos, a sociedade, deverá ser civilmente indenizada pelos prejuízos suportados. Apenas desta forma poder-se-á falar em reparação integral dos prejuízos gerados pelas condutas ilícitas dos réus. No que tange aos danos ambientais pretéritos ou presentes irreversíveis, os réus deverão arcar com o pagamento de indenização, a título de dano material ou moral coletivo, cujos efeitos têm sido ou foram suportados injustamente, de forma continuada, por toda a sociedade.

Neste sentido, sustenta ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS:

"Devemos considerar que tratamento aos chamados interesses difusos e coletivos origina-se justamente da importância destes interesses e da necessidade de uma efetiva tutela jurídica. Ora, tal importância somente reforça a necessidade de aceitação do dano moral coletivo, já que a dor psíquica que alicerçou a teoria do dano moral individual acaba cedendo lugar, no caso de dano moral coletivo, a um sentimento de despreço e de perda de valores essenciais que afetam negativamente toda uma coletividade".²

Na mesma linha, o Superior Tribunal De Justiça admite o cabimento do instituto do dano moral coletivo:

"AMBIENTAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. COMPLEXO PARQUE DO SABIÁ. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC NÃO CONFIGURADA. CUMULAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER COM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA. ART. 3º DA LEI 7.347/1985. POSSIBILIDADE. DANOS MORAIS COLETIVOS. CABIMENTO. (...) 4. O dano moral coletivo ambiental atinge direitos de personalidade do grupo massificado, sendo desnecessária a demonstração de que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado. (...) (REsp 1269494/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 01/10/2013)"

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DANO IN RE IPSA. (...) A jurisprudência deste Pretório está consolidada no sentido de que, na

² RAMOS, André de Carvalho. Revista do Consumidor. N.º 25. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 82.

concepção moderna do ressarcimento por dano moral, prevalece a responsabilização do agente por força do simples fato da violação.(REsp 851522/SP; Rei. Min. Cesar Asfor Rocha; Quarta Turma, julgado em 22.05.2007)”

Neste sentido, também é o entendimento prevalente na jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

“Apelação Cível. Ação Civil Pública. Parcelamento irregular do solo urbano. Pretensão ao desfazimento de construções e intervenções incompatíveis com os aspectos urbanísticos e ambientais, bem como indenização pelo dano ambiental. Sentença de procedência parcial do pedido. Inconformismo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que objetiva a condenação do Município do Rio de Janeiro ao pagamento de indenização pelos danos ambientais, bem como o recebimento de honorários. Recurso adesivo da Municipalidade, perseguindo a reforma do julgado, amparado em seu poder discricionário. Violação à Lei n.o 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Poder-dever do Município de regularizar o loteamento irregular, sob as expensas do loteador. Inteligência que se extrai do artigo 40 da referida lei. Entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça. Omissão caracterizada, o que impõe indenizar os danos ambientais causados pela conduta irregular em comento. Responsabilidade do Município que restou caracterizada, eis que poluidor é aquele responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental. Artigo 3.o, inciso IV, da Lei n.o 6.938, de 31 de agosto de 1981. Possibilidade de condenação dos réus ao pagamento de honorários, em favor do FEMP - Fundo Especial do Ministério Público, ante o teor do caput do artigo 20 do diploma processual civil. Precedentes da aludida Corte Superior. Reforma do decisum nesses aspectos. Provimento do primeiro recurso, para o fim de condenar o Município do Rio de Janeiro ao pagamento de indenização por danos ambientais, em favor

do FECAM - Fundo Especial de Controle Ambiental, a serem apurados em liquidação de sentença, bem como condenar os réus ao pagamento de honorários arbitrados em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em favor do FEMP - Fundo Especial do Ministério Público. Desprovimento do recurso adesivo. (APELAÇÃO 0017045-39.2005.8.19.0001, TJRJ, Des. Georgina de Carvalho Lima, 20ª Câmara Cível, Julgamento em 05/11/2014)”.

Portanto, sendo incontroversa a participação dos réus nos danos praticados, caberá a eles atuar para fazer cessar os ainda existentes e para indenizar a sociedade por outros tantos que, pelo decurso do tempo, foram suportados em caráter irreversível. Constata-se que os réus foram omissos, não adotando as providências cabíveis para a preservação do patrimônio histórico e cultural. Assim, não restam dúvidas acerca da responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária dos demandados, a teor do Código Civil, art. 942 c/c Lei Federal n.º 6.938/81, art. 14,§1º. Portanto, ante a consolidação da situação irregular, cabe aos demandados pagar, solidariamente, a indenização cabível, visando à regularização do local, em valor a ser estimado em fase de liquidação de sentença.

IV – DA LIMINAR

Encontra-se presente, no caso em tela, o **fumus boni iuris**, consistente na inequívoca prova de que o imóvel preservado se encontra em avançado estado de degradação e em péssimo estado de conservação no que toca às suas características protegidas, representando assim, dano ao patrimônio histórico e cultural da cidade do Rio de Janeiro. As condições lamentáveis dos imóveis foram atestadas diversas vezes e pelos próprios órgãos públicos municipais, acrescida da circunstância do Município ser o responsável pela restauração do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas e de o Estado ter sido o ente político responsável pelo tombamento sem ter atuado para a preservação da integridade do seu patrimônio histórico-cultural, o que demonstra o **fumus**

necessário à concessão da presente liminar.

Também se observa o **periculum in mora**, consubstanciado no risco atual de piora do estado de degradação – que já é avançado – ocasionando eventuais desabamentos e desprendimentos em cada uma das construções, conforme atestado pelos órgãos públicos municipais e estaduais. Assim, oferecendo grande risco a ocorrência de dano irreparável ao patrimônio histórico cultural do Município e do Estado do Rio de Janeiro. Por estes fundamentos e tendo por base o próprio laudo de vistoria da INEPAC realizado em janeiro deste ano, requer o Ministério Público à concessão das medidas liminares para:

Seja determinado aos réus a adoção das medidas urgentes abaixo elencadas para a conservação e reparação do interior e do exterior do imóveis tombados do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, situados à Avenida Adauto Botelho, s/nº, Jacarepaguá, nesta cidade, devendo as obrigações serem realizadas no prazo máximo de 180 dias, sob pena de multa diária não inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

I – Portal e muro do antigo engenho: para afastar o risco de desabamentos totais ou parciais é imperativo a execução de escoramento provisório dos trechos de muro; aplicação de herbicida para o combate das espécies arbóreas invasoras existentes; instalação de sinalização viária, balizadores a fim de evitar novas colisões de veículos que transitam no local.

II – Igreja da Nossa Senhora dos Remédios: retirada do toldo da fachada principal; exame de percussão feito com macete de borracha, para verificar riscos de desprendimentos de rebocos e ornatos; aplicação de herbicida para o combate das espécies arbóreas invasoras eventualmente existentes.

III – Casa-Sede do antigo engenho: averiguar a validade dos escoramentos realizados e a necessidade de elementos auxiliares; identificação e remoção de

elementos frágeis que podem desprender-se causando acidentes; remoção de focos de cupins e outras pragas; aplicação de herbicida para o combate das espécies arbóreas invasoras existentes.

IV – Chafariz: aplicação de solução de combate às colônias de cupins em atuação, com verificação de necessidade de reforços ou reparos pontuais de peças de madeira.

V – Pavilhão 1: averiguar a viabilidade de instalação de escoramentos a fim de preservar as estruturas remanescentes; identificação e remoção de elementos frágeis que podem desprender-se causando acidentes; promover cerceamento e sinalização adequados ao local, alertando sobre os riscos oferecidos pelo estado do edifício.

VI – Região do Entorno: delimitação do local e efetiva proibição de invasão da área e de construções irregulares para fins de preservação de sua integridade e restauração das características arquitetônicas que justificaram sua proteção.

V – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO requer:

1 – Sejam os réus condenados à obrigação de fazer, consistente na execução de projeto de conservação e restauração integral dos bens tombados do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, fixando-se o prazo máximo de 180 dias a contar da sentença, para a conclusão de todas as obras necessárias à preservação de sua integridade e restauração das características arquitetônicas que justificaram sua proteção, sob pena de multa diária em valor não inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

2- Sejam os réus condenados à obrigação de fazer, consistente na

preservação da região do entorno dos bens tombados do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, fixando-se o prazo máximo de 180 dias a contar da sentença, para a delimitação do local e efetiva proibição de invasão da área e a derrubada de construções irregulares no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas para fins de preservação de sua integridade e restauração das características arquitetônicas que justificaram sua proteção, sob pena de multa diária em valor não inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

3 - A condenação dos réus a indenizar os danos morais coletivos ao Patrimônio Cultural, de difícil ou impossível reparação, decorrentes da desídia do Município do Rio de Janeiro em cumprir com sua obrigação constitucional de zelar pelos bens tombados do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas no valor de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), situado no local investigado, revertido para o Fundo previsto no artigo 13 da Lei 7.347/85 (Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM).

4 - Sejam os réus condenados à obrigação de indenizar os danos ao patrimônio histórico cultural consumados através das omissões configuradas quanto ao dever de preservar os imóveis tombados do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, situados à Avenida Adauto Botelho, s/nº, Jacarepaguá, nesta cidade, e ainda aqueles danos que venham a ser consumados por fatos supervenientes no curso desta ação, em valor a ser apurado em liquidação, que será revertido para FECAM como previsto no artigo 13 da Lei 7.347/85.

5 – A citação dos réus, na forma legal, para que contestem tempestivamente o pedido inicial, sob as sanções previstas em lei.

6 – A condenação dos réus nos ônus da sucumbência, inclusive honorários advocatícios que serão revertidos para o Fundo Especial do Ministério Público – FEMP – criado pela Lei 1.183 de 27 de agosto de 1987.

7 - Sejam julgados integralmente procedentes os pedidos formulados na presente ação civil pública.

Nesta oportunidade, protesta o MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil, pela produção de todas as modalidades de prova, especialmente a prova testemunhal, pericial e documental suplementar. Informa que a petição inicial foi instruída com provas colhidas no âmbito do inquérito civil MA 8603, cujos autos se encontram à disposição deste juízo caso necessário.

Embora inestimável pela sua natureza, atribui-se a esta causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para o disposto no artigo 258 do Código de Processo Civil.

O Ministério Público receberá intimações na 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital, sediada à Avenida Nilo Peçanha, nº 151, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, na forma legal.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2019.

Pedro Rubim Borges Fortes
Promotor de Justiça| Mat. 2296